

‘Congresso terá recesso se trabalhar com afinco’

ÉRICA FERRAZ

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que o Congresso Nacional trabalha com “afinco”, não será necessário suspender o recesso parlamentar nos meses de janeiro e fevereiro. Cardoso afirmou que é cedo para decidir se haverá ou não convocação extraordinária, mas, segundo ele, a decisão será do próprio Congresso. “Se trabalhar bastante e com afinco dá tempo”, disse Fernando Henrique. Ele voltou a defender o Fundo Social de Emergência, a reforma administrativa e afirmou que a discussão sobre as dívidas estaduais estão encaminhadas.

Referindo-se à possibilidade da convocação dos parlamentares disse que “é bom ter o trabalho organizado. Se for necessário convocar... quem decide é o Congresso.

PRINCIPAIS TRECHOS DA ENTREVISTA

- **Recesso:** “Está muito cedo para decidir. Se trabalhar bastante e com afinco, dá tempo. Mas o Congresso é quem decide”.
- **Visita do presidente do Congresso, José Sarney (PMDB-AP):** “Eu o convidei para ir à reunião ibero-americana em Bariloche. Vamos discutir detalhes da viagem”.
- **Café da Manhã com membros da CCJ:** “O clima estava muito cooperativo. Vai dar tudo certo”, afirmou otimista o Presidente.
- **Fundo Social de Emergência:** “Se o Congresso conseguir dotar o Brasil de instrumentos — não só a reforma tributária, controle de despesas e reforma administrativa — o Fundo Social de Emergência não será mais necessário. É preciso desvincular recursos orçamentários para permitir a racionalidade do uso dos recursos”.
- **Dívida dos Estados:** “Estamos em processo de negociação permanente com os estados. São dívidas diferentes. O que fizemos com a dívida externa, vamos, com critérios, aplicar à dívida interna. Vamos estabelecer mecanismos para o pagamento. Se os estados não pagam, a Caixa Econômica Federal não tem recursos para o saneamento básico e a habitação”.
- **Reforma Administrativa:** “A situação dos estados agravou-se muito. Com a estabilização não há mais inflação para corroer os gastos. Todo mundo caiu no Real e na real. O real obriga a ter uma atitude mais contida com relação aos gastos. A reforma é fundamental para os governadores e para os prefeitos”.
- **Congresso Nacional lento:** “Há prazos constitucionais a serem respeitados. Democracia é isto. O Congresso Nacional tem um processo para discutir as reformas. Cabe ao Governo auxiliar, mostrar, exemplificar”.
- **PMDB:** “Não existe problema com o PMDB e muito menos com o Michel Temer (líder do partido na Câmara). Ele tem tido uma atitude extremamente positiva. Graças a Deus nós temos um líder como o Temer no Congresso”. (E.F.)

Mas recesso de vez em quando é bom”. Na sua avaliação, os trabalhos tanto na Câmara quanto no Senado não estão lentos. Após o encontro com o presidente do Vietnã, Le Duc Anh, em entrevista informal com os jornalistas, Cardoso observou que o Congresso está respeitando os prazos constitucionais. “Quando se entra em discussão com 500 pessoas é sempre mais difícil que com duas, três, quatro ou até dez”, disse o Presidente, referindo-se à complexidade de se discutir os assuntos no Congresso.

Cooperação — Otimista com a aprovação da reforma administrativa na próxima semana na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Cardoso disse que a reunião de ontem, com o vice-presidente Marco Maciel e os membros do Bloco (PFL e PTB) da CCJ, ocorreu num clima cooperativo. O Presidente

ressaltou a importância da aprovação da reforma administrativa para governadores e prefeitos. Segundo ele, “todos estão caindo no real e na real”. O Presidente da República admitiu que a situação dos estados se agravou muito com a estabilização da economia. “O real obriga a ter uma atitude mais contida em relação aos gastos e a reforma administrativa será fundamental para a sobrevivência de municípios e estados”.

O Presidente reafirmou que o Fundo Social de Emergência é necessário para racionalizar os recursos orçamentários. Segundo Fernando Henrique, o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) com os dados comprovando que os estados ganham com o FSE dará mais “ânimo” para a aprovação no Congresso Nacional.